



Câmara dos Deputados

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Apresentação: 28/06/2024 14:47:51.397 - CAPAD

REQ n.110/2024

REQUERIMENTO Nº DE 2024

Requer a realização de Audiência Pública para discutir os “Consequências da aplicação da Lei 13.178/ 2015”

Prezados Senhores,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de reunião de Audiência Pública nesta Comissão Permanente de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, para discutir o tema “Consequências da aplicação da Lei 13.178/ 2015”, em data a ser designada.

Solicito que sejam convidados para discutir o tema:

- Representante do Ministério da Agricultura e Pecuária;
- Representante do Ministério da Defesa;
- Representante da Confederação Nacional da Agricultura (CNA);
- Representante da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA);
- Representante da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP);
- Representantes de Sindicatos Rurais de Municípios em Faixa de Fronteiras;
- Dois Representante das Cooperativas Agrícolas dos municípios em Faixa de Fronteiras (Coopavel, Coagro, Cooperativa LAR, Coamo, Cocamar, Coopacol, C.Vale, Coagro, Frimesa, Coopguaira ou Coomambore)

JUSTIFICAÇÃO

A Lei 13.178/2015, também conhecida como Lei de Regularização Fundiária na Faixa de Fronteira, visa regularizar a posse de terras na faixa de fronteira do Brasil. Apesar de seus objetivos positivos, alguns pontos geram preocupações e exigem medidas dos proprietários de terras na região.



O Paraná possui mais de 130 municípios enquadrados em faixa de fronteira e, considerando que o não cumprimento do prazo estabelecido na Lei pode levar à perda do direito de propriedade ou sua transferência para o patrimônio da União, apresento este requerimento para discutir as “Consequências da aplicação da Lei 13.178/ 2015”.

Ressalto que o processo de certificação exigido na norma legal pode ser complexo e oneroso, dificultando a resolução para os proprietários pouco habituados à burocracia do estado.

Sendo assim, solicito apoioamento dos nobres pares para aprovação deste requerimento de realização de audiência pública para discutir as consequências da aplicação da Lei 13.178/2015.

Sala das Comissões, de junho de 2024

PADOVANI
Deputado Federal

